

EMIGRAÇÃO PARA A EUROPA COM PASSAPORTES EMITIDOS EM VIANA DO CASTELO E MOBILIDADE CLANDESTINA DE VIANENES SÉCULO XIX

Por HENRIQUE FERNANDES RODRIGUES*

0. INTRODUÇÃO

Ao participarmos nesta efeméride, que celebra o nascimento da cidade de Viana do Castelo, pareceu-nos importante abordar a mobilidade sócio-cultural no espaço europeu no século XIX, observada a partir de Viana do Castelo¹, dando especial atenção ao movimento de pessoas e culturas do espaço galaico-minhoto.

As imagens construídas sobre do homem de Viana que deixou a terra ou do galego, que foi à procura de melhores sortes e alterar o modo de vida, aparecem no nosso imaginário com um estatuto sócio-profissional pouco favorecido. Após termos estudado aspectos da sociedade vianense na época da elevação da vila a cidade e analisado um grupo de galegos saídos para o Brasil com passaporte concedido pelo Governo Civil de Viana, entre os quais há rapazes instruídos e de tenra idade, que foram para as terras americanas, ou mesmo um professor primário que partiu com a família, depois de adquirir o respectivo passaporte, descobrimos novos perfis destes agentes culturais em trânsito pelo espaço vianense.

Aos que se deslocaram legalmente pela Europa na primeira metade do século, com documentos de acordo com a lei vigente, porque a dinâmica era diferente, não devemos atribuir o estatuto de emigrante empobrecido, embora se observe uma mobilidade de carácter temporário com circulação de pessoas e culturas. Nesta abordagem também foi possível detectar várias centenas de

*Mestre em História. Escola Superior de Educação de Viana do Castelo

¹ Uma versão deste texto serviu-nos para apresentarmos comunicação ao “V Colóquio Galaico-Minhoto”, realizado em Braga, Universidade do Minho, 14-17 Dezembro de 1994.

homens de Alto-Minho que, ao atingirem idade para cumprimento do serviço militar, eram indicados como ausentes na Galiza. Daremos a conhecer o perfil de tais mancebos que se eximiram ao cumprimento dos respectivos deveres cívicos, por constituir um exercício que permite calcular taxas de clandestinidade.

Este texto será organizado em três partes diferenciáveis pelos destinos e pelos fluxos, usando para o efeito dois tipos de fontes que têm estruturas próprias, os *Livros de Registos de Passaportes* e *Livros de Recenseamento Militar*, pois foram “construídas”, no decorrer do século XIX, com finalidades específicas. Estes mesmos *corpus* documentais, serão tratados de forma mais ampla e com variáveis de análise sócio-cultural que cobrem o século XIX no nosso projecto de investigação para provas de doutoramento.

1. As Fontes

O estudo centrado na análise de processos de passaportes dos emigrantes² não tem sido tarefa fácil para os Historiadores, quer porque a maior parte dos arquivos não possuem listas completas destes documentos, quer porque exigem, ao investigador, muito esforço e novas técnicas para exercitar um conjunto de variáveis que ultrapassem a barreira do “quantitativo puro” e se cruzem elementos de ordem qualitativa.

Os *Livros de Registo de Passaportes* apresentam um quadro informativo que pode ser ampliado e corrigido com os *Processos*³. Trata-se de um *corpus* documental que o cidadão tinha de apresentar para aquisição dos respectivos passaportes. São constituídos por: certidões de baptismo, certidões de óbito, registos criminais, certidões militares, requerimentos e autorizações, além de

² Desde 1760, até 1863, em Portugal, a mobilidade das pessoas, entre os vários espaços concelhios, exigia o uso de um passaporte interno ou de trânsito. A partir da data indicada para o século XIX, aos estrangeiros passou a ser obrigatório o uso de um “salvo-conduto” (licença para se viajar livremente) Veja-se RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, 1835-60; a miragem do Brasil*, dactilopolicopiado, Porto, Facultad de Letras, 1991.

³ Para obtenção de passaporte, até 1863, era necessário organizar um conjunto de documentos, através dos quais se apurava a boa conduta social, provava-se a idade do impetrante, declarava-se que estava autorizado a sair se fosse menor ou quando se tratava de elementos do sexo feminino, além do passaporte interno e da ressalva militar se era um jovem enquadrado no nível etário que obrigava ao cumprimento do serviço militar. Por vezes encontram-se nos processos outros documentos tais como: cartas de recomendação, cartas familiares, cadernetas militares e mesmo passaportes de regresso. A riqueza destes documentos é incalculável e são o garante de uma investigação multifacetada na perspectiva da história social, cultural e familiar.

outros como cartas familiares. Os últimos são os mais ricos e os que melhor visão permitem sobre o “universo” familiar em que se insere o emigrante, além de fornecerem informações relativas ao enquadramento social e ao mundo da cultura escrita, ao proporcionarem o estudo dos índices de alfabetização no seio da família, com recurso ao estudo das assinaturas.

Foi este conjunto de referências que nos permitiu uma análise ao microcosmos em que viviam os que deixaram a sua terra, viajando pela Europa uns e atravessando o Atlântico os galegos que vieram requisitar passaporte a Viana do Castelo ou que aqui viviam como emigrantes.

1.1. GALEGOS COM PASSAPORTE PARA O BRASIL

O embarque de galegos para o Brasil, com passaporte emitido no Governo Civil de Viana do Castelo, só ocorre três anos após a criação deste órgão administrativo.⁴ No estudo que fizemos detectámos pouco mais de meia centena de emigrantes galegos⁵ que saíram, legalmente, com passaporte⁶ emitido por aquele Governo Civil, até 1860⁷.

Pareceu-nos útil proceder ao estudo pormenorizado destes elementos por mostrarem que, entre os galegos que tentaram melhorar o *modus vivendi* entre nós, no Minho, nem todos eram desprovidos de cultura letrada, o que nos levou

⁴ A criação dos Governos Cívicos em Portugal é uma consequência da reforma administrativa implantada pelo Liberalismo e surgiu a partir da Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, tendo o decreto de 18 de Julho do mesmo ano redefinido as respectivas competências.

⁵ RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 52-57.

⁶ Há, além destas saídas, as que ocorreram clandestinamente. Para obstar tal problema, as autoridades portuguesas e espanholas, conduziram uma luta contra este “cancro” como nos mostra o ofício do Alcaide de Lá Guardia, onde pede aos seus súbditos que «[...] egerzam la mayor vigilancia por toda la orilla del Miño y impidam el embarque de toda persona que no presente documento legitimo para poder se embarcar [...]». Veja-se RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, doc. n.º 18, pp. 432-433.

O Administrador de Caminha, em 15 de Fevereiro de 1853, ao referir-se à emigração ilegal, conclui que «[...] era impossível obstar ao embarque de hespanhoes e mesmo de portugueses que para o lado da Galiza tivessem passado, uma vez que as autoridades hespanholas a isso se não opuzessem, com o que não se embaraçam mesmo quanto aos subditos da sua nação [...]». IDEM, *ibidem*, documento n.º 22, pp. 436-438.

⁷ Na década de 1870, o número de galegos a solicitarem autorização para seguirem viagem legalmente em Portugal cresceu. Há famílias completas, jovens de 12 anos, gente instruída, entre os quais detectámos um professor da instrução primária, o que confere um estatuto especial aos galegos que ousaram ir para o Brasil no século passado.

ao tratamento e à análise destas ausências, não obstante se reportarem a saídas ocorridas durante um período de tempo reduzido e porque revelam características pouco conhecidas, como a situação sócio-familiar, a procedência geográfica e profissional e, certamente mais importante, a caracterização cultural e alfabética dos habitantes da Galiza que decidiram ausentar-se para terras da América Latina.

I.2. NATURALIDADE, RESIDÊNCIA E DESTINO

O estudo dos galegos que se encaminharam para o Brasil, com passaporte emitido em Viana do Castelo, entre 1838-60, é peculiar na medida em que estes projectaram um trajecto que obrigava a duas estratégias de percursos: ou obtinham passaporte com o objectivo de embarcarem em portos portugueses, ou vinham primeiro para o nosso país⁸, onde trabalhavam durante vários anos e, posteriormente, decidiam novos rumos de vida, ausentando-se pela segunda vez para outras paragens -o Brasil- fazendo-o sozinhos, na companhia de familiares ou mesmo com os patrões para quem prestavam serviços⁹.

Do que apurámos, inferimos que se trata, entre a maioria destes galegos, de pessoas que vieram tentar a resolução de problemas financeiros em Portugal e sentiram-se obrigadas a fazer viagem para terras transatlânticas¹⁰ por manifesta incapacidade de soluções no primeiro percurso.

Os concelhos de residência em Portugal, mais frequentemente indicados, situam-se ao longo da Ribeira-Minho, dos quais se destaca Vila Nova de Cerveira. Utilizando esta vila fronteiriça deslocavam-se a Viana do Castelo onde obtinham os últimos documentos e seguiam viagem, para além do Atlântico, embarcaram

⁸ O total de *subditos hespanhoes*, referidos como residentes no Alto-Minho, no ano de 1861 era de 570, distribuídos pelos seguintes concelhos: Caminha, 126; Cerveira, 26; Valença, 77; Monção, 80; Melgaço, 108; Viana do Castelo, 88; Ponte de Lima, 12; Ponte da Barca, 5; Arcos de Valdevez, 16 e Paredes de Coura, 32. Cf. A.G.C., PASTA nº 182, maço nº 8, doc. s.n., datado "d' Agosto de 1862", com o título: *Relação numerica dos subditos hespanhoes residentes nos diferentes concelhos d' este districto, no anno de 1861*.

⁹ João Canosa, residente em Oleiros, Ponte da Barca, de 17 anos de idade e identificado como natural de Espanha, emigrou em companhia de um miúdo de 14 anos de idade, José Francisco Ermida, que surge identificado como "patrão"

¹⁰ Embora aqui só tratemos os que embarcaram para o Brasil, temos em curso uma investigação onde se enquadram todos os galegos e espanhóis que levaram como destino Montevidéu, Buenos Aires, entre outras paragens ao longo do século XIX.

em Caminha, Viana do Castelo¹¹ e mesmo no Porto¹². Dos que testemunharam que residiam em terras do Alto-Minho, dois estavam sediados na vila de Caminha, três em Viana do Castelo, dois em Ponte da Barca, dois em Valença, um em Monção, três em Ponte de Lima e trinta em Cerveira¹³. De outros nove desconhecemos se chegaram a adquirir o estatuto de imigrante em Portugal.

Da mesma forma, como aconteceu à maioria dos patrícios portugueses que foram para a ex-colónia, também os galegos apontaram, um destino inconfundível, o Rio de Janeiro, para onde se ausentaram mais de 81%. Os restantes indicaram que se encaminhavam para o “Brasil”.

A naturalidade aparece, por vezes, indicada vagamente e, para dificultar a nossa análise, escrita à maneira portuguesa. Podemos registar que são os nascidos em *Pontevedra* que mais frequentemente se aventuraram num projecto de vida no Rio de Janeiro, num total de 27, logo seguidos pelos naturais de *A Coruña* com doze pessoas, depois *Orense* com três, *Nigrán* com uma e outra de *Lugo*. Há também os que foram identificados como naturais da Galiza, Espanha ou localidades que não foi possível descodificar¹⁴, por indicarem o orago e não a aldeia onde nasceram.

¹¹ Emigração clandestina foi uma realidade com a qual se preocuparam as autoridades portuguesas, por haver jovens que se evadiam ao cumprimento do serviço militar, o que tornava mais oneroso o orçamento financeiro a despender com o exército. Vários barcos, em Caminha e Viana do Castelo, foram rotulados com a prática do engajamento e o transporte de emigrantes ilegais. Também os passaportes, pela fragilidade e vulnerabilidade da sinalética descrita, permitiam o seu uso indevido a pessoas a quem a lei não autorizava a ausência sem o pagamento de uma fiança. Veja-se, sobre a clandestinidade e ilegalidade, entre outros, os seguintes autores e obras: PEREIRA, Miriam Halpern- *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp.21-57.; *Emigração clandestina de Portugueses para Espanha no século XIX (análise dos livros de recenseamento militar, 1855-65)*, in “1st European Conference of the International Commission on Historical Demography”, vol. II, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia/CIDH, 1993, pp. 309-326 ; BAGANHA, Maria Ioanis B.- *Uma imagem desfocada- a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração*, in “Análise Social”, vol. XXVI(112-113), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991, pp. 723-739.

¹² Sobre os galegos saídos pelo Porto veja-se ALVES, Jorge Fernandes- *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, edição do autor, 1994, pp. 95-99.

¹³ O Administrador do concelho de Cerveira facilitou a emigração de galegos, concedendo-lhes passaportes internos que abonariam a aquisição de um, no Governo Civil de Viana do Castelo, para seguirem viagem rumo ao Brasil.

¹⁴ Agradeço ao Dr. Manuel Ángel Fernández Rodríguez, da Faculdade de História e Geografia de Santiago de Compostela as informações sobre o espaço geográfico da Galiza, o que me permitiu identificar, com correcção, algumas localidades que estavam registadas em português.

Relativamente aos municípios de origem, e das províncias referidas, salientamos a presença de imigrantes de: *Finisterre, Tuy, Ames, Tomiño, Nigrán, e Ó Carballiño*.

1.3. INDICADORES SÓCIO-PROFISSIONAL E DE ALFABETIZAÇÃO.

Ao estudarmos o movimento migratório do Alto-Minho, até à década de 1860, concluímos que se tratava de fluxos com um nível qualitativo e sócio-profissional de destaque, o que nos levou a classificá-los como ausências de quadros de elevada qualidade profissional, cujos emigrantes foram preparados com “habilitações específicas”, o que lhes permitia enfrentar com mais facilidade os desafios que as terras do Brasil ofereciam¹⁵.

Tal perfil não aparece tão marcadamente evidenciado em relação aos galegos¹⁶. Devemos sublinhar que o leque de actividades é pouco diversificado e que o nível etário é muito elevado, quando comparado com o dos portugueses que partiram por Viana do Castelo¹⁷. Destaque-se a presença de um alfaiate, um caixeiro, um carpinteiro, um pescador e um serrador, grupo que nos permite dizer que encontramos uma variedade pautada pela inexistência de representatividade neste pequeno surto. Com mais solidez apresentam-se os pedreiros e os de profissões afins ao sector primário, desempenhando vários trabalhos relacionados com a actividade agrícola.

¹⁵ Para o Alto-Minho, podemos confirmar que houve saídas de emigrantes que se prepararam com estudos específicos, com o objectivo de se dirigirem ao Brasil. Até 1850, os índices de alfabetização atingem valores próximos dos 90% e a idade média situa-se nos 19 anos, havendo períodos em que só partiram pessoas alfabetizadas. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 124-125.

¹⁶ A imagem social que o imigrante gozava em Portugal era descrita em expressões como: “*infelizes galegos*”, “*pobre galegos*”, já que aceitavam trabalhar a troco de cama e mesa, sem outra qualquer retribuição monetária, desempenhando sempre os trabalhos mais duros e humildes. Cf. TABOADA, José Antonio López- *Emigración Gallega a Portugal en la primera mitad del siglo XIX*, in *I Conferencia Europea “Migraciones Internas”*, vol. II, Santiago de Compostela, C.I.D.H./Xunta de Galicia, 1993, pp.327-336. Ver também LOPO, Domingo, L. González- *La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia*, in *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 pp. 373-391

¹⁷ Mais de 72% dos portugueses que se dirigiram, para o Brasil, durante este período, eram jovens com menos de 26 anos. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, p. 106.

Para avaliarmos o nível qualitativo dos elementos descritos, utilizamos, como variável, a existência da assinatura de cada interveniente. Porque estas apresentam uma estrutura que é passível de análise e estudo quanto à forma do “ductus” da escrita, optámos por dividir os alfabetizados em três grupos, constituindo uma tipologia de assinaturas¹⁸. Desta forma, encontramos, entre os alfabetizados, com o tipo 1 -assinatura perfeita e caligráfica, própria de quem recebeu escolarização-, um emigrante que se identificou como “trabalhador”; a assinatura de tipo 2 -letra legível e mais vulgarizada, tendo sido evidenciadas capacidades para escrever um texto ou uma carta- está patenteada em todas as actividades aqui representadas, de que destacamos sete jornaleiros, quatro serventes e dois criados¹⁹. Há, ainda, entre os que tiveram um contacto físico com o mundo do escrito, e que por isso sabiam ler e escrever²⁰, um grupo que

¹⁸ O estudo da perfeição das assinaturas (alfabetização) tem sido investigado, em Portugal, para o Antigo Regime, por Francisco Ribeiro da Silva. Seguindo a metodologia apresentada por este Historiador, e devido à riqueza do espólio que utilizamos, procedemos a uma análise estruturada em 7 tipos, que se agrupam em: alfabetizados, desconhecidos e analfabetos declarados. Veja-se, sobre índices de alfabetização, SILVA, Francisco Ribeiro- *A Alfabetização no Antigo Regime, o caso do Porto e a sua Região (1580-1640)*, Dactilopolicopiado, Porto, Faculdade de Letras, 1985 e RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 111-217. Para Espanha referimos RODRÍGUEZ, Marie-Christine et BENNASSAR, B.- *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1595-1632)*, in “Caravelle, nº 31, Toulouse, 1978; FRAGO, Antonio Viñao- *Del Analfabetismo a la Alfabetización, Análisis de una mutación antropológica e Historiográfica*, in *Historia de la Educación*, nº 3, 1984. Não menos importante é a obra, de vários autores, *Livre et Lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*, Colloque de la Casa de Velazquez, Paris, 1981. Ao leitor interessado, e sobre a Galiza, remetemos para ROEL, A. Eiras y otros- *La Historia Social de Galiza en sus Fuentes de Protocolos*, Universidade de Santiago, Serviço de Publicaciones, 1981.

¹⁹ Os criados, quando enquadrados em níveis etários dos filhos dos proprietários tinham, facilmente acesso à aprendizagem da escrita que era ministrada aos filhos dos “patrões”. Encontramos alguns criados que receberam instrução dos respectivos superiores e emigraram para o Brasil, fazendo jus desta preparação “científica”.

²⁰ O acto cultural de ler e escrever era iniciado por um processo de aprendizagem centrado na arte de ler. Daqui resultava a existência de leitores analfabetos. Assim, os que tinham aprendido a escrever, sabiam, forçosamente, decifrar um texto, enquanto que estes, os que só conseguiam ler, podiam ter um contacto com o mundo do escrito e ser analfabetos, não sabendo comunicar com sinais do alfabeto. Veja-se CHARTIER, Roger- *As práticas da escrita*, in *História da Vida Privada, do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 114. e do mesmo autor, *A História Cultural, entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988, pp. 121-188.

classificámos com o tipo 3 -ductus disforme e cacográfico- formado por um criado, dois jornaleiros e um pedreiro.

Além dos que adquiriram uma cultura letrada, há um pedreiro de quem desconhecemos o estádio relativo à alfabetização. Atribuímos o tipo 5 porque tinha familiares que sabiam ler, escrever e contar, pois ausentou-se com um irmão que assinou o *Livro de Registo de Passaportes*. Há, ainda, outro de quem não decifrámos a situação sócio-familiar e cultural, por isso inserimos no tipo 6 -ignoramos se sabia ou não comunicar pela escrita-. Entre os declaradamente analfabetos, enquadrámos os que “assinavam” com um sinal cruciforme, os quais rotulámos com o tipo 4. Neste grupo não houve qualquer galego a fazer jus de tal direito²¹. Os restantes foram identificados com o tipo 0, o que significa que declararam que pertenciam ao mundo dos que não sabiam escrever. Entre estes temos: seis jornaleiros, dois lavradores, dois pedreiros, um criado, um sapateiro e um “trabalhador”.

É importante referir-se que, nas várias actividades, encontrámos onze emigrantes de quem não foi indicada a profissão, entre os quais dois se apresentaram a dominar a arte de bem escrever, tipo 1, cinco foram enquadrados no tipo 2 e os restantes são analfabetos declarados, além de mais dois que tinham, entre os familiares, alguém instruído pela cultura letrada.

Inferimos que, perante este grupo de galegos que vieram para Portugal e seguiram viagem para o Brasil —cuja actividade dominante era a do sector primário: criados, jornaleiros, lavradores, serventes e “trabalhadores”—, a emigração surge com um nível de instrução e de contacto com a cultura do escrito superior 64%, o que é um bom indicador se considerarmos as taxas de analfabetismo²² existentes na primeira metade do século XIX.

²¹ Não apurámos a existência de emigrantes do sexo feminino a assinarem de cruz, pois era uma prática reservada aos homens como nos diz SILVA, Francisco Ribeiro- *O Barroco e a Escolarização: Taxas de Alfabetização no Porto nos Inícios do Século XVIII*, in “I Congresso Internacional do Barroco, vol. II, Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, Porto, 1991, p. 456.

²² Sobre a alfabetização em Espanha remetemos para : ESCOLANO, Agustin- (dir) *Ler y escribir en España, docientos años de alfabetización*, Fundacion German Sánchez Ruipérez, Madrid, 1992. Parece-nos importante sublinhar a contribuição de FRAGO, Antonio Viñao- *Alfabetización, lectura y escritura en el Antiguo Régimen*, pp.45-68. Relativamente ao espaço Galego indicamos o trabalho de GABRIEL, Narciso de- *Emigracion y alfabetizacion en Galiza*, in “Historia de la Educación, Revista interuniversitaria”, nº 4, Enero/Diciembre, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 1985, pp.221-236.

1.4. DISTRIBUIÇÃO POR ANOS, MESES E IDADES

O movimento de naturais da Galiza, que partiram ao longo do período em estudo, descreve uma curva idêntica à que se observa relativamente ao Alto-Minho, no mesmo período, arquitectando dois ciclos diferentes. Um até 1850, pautado pelas ausências de qualidade, em detrimento dos valores quantitativos; outro, com números mais volumosos, na década de 1850-60, revela menor grau de preparação alfabética.

Foram as crises cerealíferas de 1850-60 e a do “oidium”, que destruiu a cultura vitivinícola, os motivadores da partida de muitos vianenses.²³ Relativamente aos galegos que vieram para Portugal, encontramos, de facto, nos anos de 1854 e 1855 os mais elevados cômputos, tendo embarcado, respectivamente, dez e vinte e quatro pessoas, o que corresponde a uma grave crise de subsistência²⁴, como aconteceu no Minho.

Se anualmente não é observável uma regularidade nos deslocamentos também não é visível o mesmo cenário quando analisados mensalmente. Ao contrário dos surtos portugueses, cujos valores mais expressivos ocorrem no fim das colheitas, no pós São Miguel, detectámos que o mês de Janeiro foi o mais pródigo, com vinte e quatro pessoas e o de Junho aparece na segunda posição com oito. Depois segue-se o de Setembro com quatro e o de Outubro com cinco emigrantes.

São quantitativos muito reduzidos para retirar conclusões definitivas, mesmo assim parece que assistimos a saídas projectadas, por um lado, no início do ano, por outro lado, volvidos seis meses e, ainda, depois de concluído o ciclo das colheitas, no princípio do Outono, quando as fainas agrícolas disponibilizam muita mão-de-obra.

Ao analisarmos a idade destas pessoas, conjugada com o estado civil, inferimos que se trata de um surto dominado pelos solteiros, os quais representam mais de 75%. Há, também, cerca de 20% que tinham contraído o matrimónio. Dos restantes não apurámos informações sobre o respectivo estatuto. Este perfil,

²³ Sobre a relação desta mobilidade para o Brasil com as conjunturas económicas e políticas remetemos para RODRIGUES, Henrique Fernandes- *Reflexos das Conjunturas Políticas e Económicas na Emigração para o Brasil (uma análise aos passaportes emitidos em Viana entre 1835-60)*, Viana do Castelo, edição do autor, 1994.

²⁴ LOPO, Domingo, L. González- *La emigracion a Portugal, oc*, p.379.

onde se evidencia o predomínio dos celibatários, é uma característica própria dos movimentos ocorridos durante a primeira metade do século XIX, entre os que seguiram para terras do Brasil.

Em relação às idades, cuja média aponta para os 26 anos, há crianças com menos de 7 que foram com a mãe para a companhia do pai²⁵. Dos restantes, é a partir dos 15 que mais galegos fogem às dificuldades sentidas na sua terra e vividas em Portugal, embora haja um rapaz com 13 que viajou conjuntamente com o irmão²⁶. Registe-se, ainda, que a moda se posiciona nos 24 anos. Parece-nos importante sublinhar que encontramos três emigrantes do sexo feminino, sendo uma mãe e uma filha que foram com mais um rapaz reunificar das células da família nuclear²⁷ e outra senhora que acompanhou o marido.

²⁵ No ARQUIVO DO GOVERNO CIVIL de Viana do Castelo (AGV), o *passaporte nº 533, livro nº [3]*, fol. 230, foi emitido em 28 de Junho de 1854, em nome de Ana Joaquina Ribeiro Campos, natural de *Cautalões(?)*, Galiza, de 45 anos de idade, com assinatura tipo 2 e casada com Bento Lusquinhas. Esta senhora levou em sua companhia dois filhos, Maria de Jesus e José Joaquim, com destino ao Rio de Janeiro.

Há famílias que partiram, por vezes, com todas as células. São, geralmente, irmãos ou primos que se aventuraram mais frequentemente, nesta diáspora, o que lhes garantia maior coesão e reforço na assistência familiar.

²⁶ José Bento, de 33 anos, filho de André Franco, natural de Pontevedra, residente em S. João da Ribeira, Ponte de Lima, pedreiro de profissão, assina com o "tipo 2", levou o irmão Bento Franco de 20 anos, da mesma actividade. Veja-se no Arquivo referido, o passaporte nº 596, Liv. nº [8], fol. 1, emitido em 05 de Outubro de 1854.

Também sabemos que Joaquim Gonçalves, de 15 anos de idade, natural de *Santa Maria de Rendufe*, município *Tuy* e província de Pontevedra, com assinatura "tipo 2", indicou que residia em Cerveira e obteve passaporte com data de 14 de Junho de 1860, saindo ao mesmo tempo que o primo Evaristo Areal, de 18 anos, natural de *S. Martiño de Curás*, do município de *Tomiño*, Pontevedra, que também sabia escrever e registou, como actividade, a profissão "servente". Veja-se, no Arquivo indicado anteriormente, o passaporte nº 210, Liv. nº [8], fol. 107, emitido em 14 de Junho de 1860.

²⁷ Para uma análise às dinâmicas familiares veja-se RODRIGUES, Henrique Fernandes-*Emigração e dinâmicas Familiares- aspectos sócio-profissionais e indicadores de alfabetização*, separata de *Historia de la Familia, Nuevas perspectivas sobre la Sociedad Europea*, Murcia, Universidad de Murcia, 1997, vol. 1, pp-225-237.

e Reemigração para o Brasil na Iª metade do século XIX, comunicação (policopiada) ao "III Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais", Lisboa, 4 a 7 de Julho de 1994.

2. MOBILIDADE PELO ESPAÇO EUROPEU

A mesma fonte, os *Livros de Registo de Passaportes*, permite uma visão diferente desta problemática e servir-nos-á para uma análise à mobilidade em direcção a vários países do espaço geográfico europeu²⁸.

Através deste *corpus* documental conseguimos elaborar uma base de dados com os elementos de identificação, naturalidade, profissões, idades, e mesmo o grau de instrução, contudo fixaremos parte da nossa atenção na sazonalidade dos fluxos, estruturas etárias, estado civil e áreas de destino.

A mobilidade dos que atravessaram a fronteira legalmente, entre 1836 e 1860, centra-se mais no ano de 1845, período que representa mais de 42% da emigração de pequena e média distância. Tal volume é o reflexo das saídas com destino a Gibraltar. A média anual é muito reduzida, apontando para as cinco ausências e estrutura um movimento inconstante, remarcado pelos valores compreendidos entre os seis e os dez emigrantes. A oscilação nota-se mais em 1837 e 1838, seguindo-se um período de 1841 e 1842 durante o qual não houve qualquer passaporte emitido. Os valores mais expressivos situam-se entre 1850-52. No ano de 1856, também não foi registado quem tivesse obtido tal documento para deixar a sua terra natal.

Ao compararmos estes ritmos com a arquitectura das ondulações descritas pelos que foram para o Brasil²⁹, observamos que os movimentos se opõem pelo desenho das curvas.

²⁸ Através dos *Livros de Registo de Passaportes* foi possível estudar o movimento ocorrido de Espanha para Portugal, entre os galegos que optaram por sair, posteriormente, para o Brasil. Estes fluxos são mais expressivos na década de 1870, como podemos provar através da documentação recentemente compulsada. Sobre as migrações internas e de média distância, no espaço europeu, remetemos para as comunicações à “1st European Conference of the International Commission on Historical Demography”, realizada em Santiago de Compostela, entre 22 e 25 de Setembro de 1993. É importante destacar o trabalho de OLIVEIRA, António-*Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900*, in “I Conferencia Europea Migraciones Internas”, Santiago de Compostela, C.I.D.H., 1993, pp.1-25.

²⁹ Os anos de 1837, 1842, 1853, 1857 e 1859 marcam as cristas dos picos que se estruturam quando representamos a distribuição dos fluxos que seguiram viagem para o Brasil com passaporte, ao mesmo tempo os valores dos que foram para outras direcções são muito reduzidos. Esta lógica é mais perceptível em relação aos anos de menores saídas para o Brasil, que rubricam maiores quantitativos entre os que vão para a Europa. Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *Emigração, conjunturas políticas e económicas, o.c.*, figura nº 1.

Se o ano de 1838 detém o cômputo mais reduzido, relativamente aos que seguiram para o Brasil, surge com um valor acima da média entre os que partiram rumo à Europa. Sem passaportes para o espaço Europeu e, simultaneamente com muitas emissões para o país irmão, apontamos o biénio de 1841-42. Esta “lógica”, que parece definir as “tendências” da emigração, também é observável para o triénio de 1846-48, invertendo-se a direcção dos destinos. Seguiram menos portugueses para terras da América e, por sua vez, temos valores mais elevados entre os que moveram pelo espaço europeu.

Não é oportuno extrair conclusões definitivas sobre as “lógicas” descritas, contudo fica patenteado que as saídas, quando formavam um caudal mais reduzido em direcção ao Brasil, aumentavam o fluxo da mobilidade dentro do velho continente.

2.1. RITMOS DOS MOVIMENTOS E MENTALIDADES

Esta emigração, quando distribuída por meses, transmite-nos a imagem de um movimento pautado pelas vivências familiares e estruturado em processos mentais, onde o religioso está bem presente³⁰. Os momentos de maior actividade festiva e do convívio com a família, como são as celebrações do Dia de Todos-os-Santos, Natal, Páscoa e Santos Populares, respectivamente Novembro, Dezembro/Janeiro, Abril e Junho, apresentam-se muito vincados ao rubricarem os valores mais reduzidos. É especialmente no último mês do ano que as viagens são menos frequentes, o que corresponde ao período de maior investimento na festa da Família, o Natal e os Reis Magos, sinais de uma mentalidade sócio-religiosa.

Apurámos que Maio e Setembro surgem como os meses mais procurados para preparação da viagem pela Europa ou mesmo dar início a um projecto de vida com o estatuto de emigrante.

Também estes fluxos desenham curvas que se opõem, pela ondulação, à que foi traçada pelos “emigrantes brasileiros”. Quando cotejamos os valores relativos ao Outono, onde o mês de Setembro se demarca, ficamos a saber que

³⁰ A mobilidade temporária conduzia a rituais de regresso periódico a casa, ao seio da família, à festa da aldeia, reguladores dos movimentos de média e curta distância.

a disponibilidade de mão-de-obra, funciona como elemento impulsionador das movimentações, quer sejam para além do Atlântico, quer sejam para áreas internas e de média distância³¹.

Inferimos que cerca de 19% deste movimento é atraído pelo mês de Maio e que juntamente com o de Setembro representa mais de 35%. Relativamente às épocas de maior intensidade da participação nas festas, Dezembro e Abril - Natal e Páscoa- vemos que não conseguem atingir os 5% entre os de perfil alfabetizado, o que demonstra o efeito de contenção no seio da família, cujos momentos de inércia correspondem às mais importantes festas litúrgicas.

2.2. ALFABETIZAÇÃO POR ESTADO CIVIL E GRUPOS ETÁRIOS

A forma da pirâmide, onde se encontram cinco emigrantes do sexo feminino, revela-nos que se trata de saídas ocorridas no grupo etário dos idosos, destacando-se os maiores de 45 anos.

Se há níveis etários que não marcaram presença, ou se até aos 18 anos o movimento é muito reduzido, deve sublinhar-se que, a partir desta idade e com grande expressão entre os que têm mais de 22 anos, se estrutura a distribuição, constituindo-se, com o grupo situado entre os de 22 e os de 37 anos, um corpo de emigrantes fisicamente detentores das melhores energias, se considerarmos que se trata de homens, ao contrário do que se concluiu relativamente aos patrícios embarcados para o Brasil³².

Perante tal perfil etário somos levados a questionarmo-nos sobre as características da distribuição por estado civil e actividades sócio-profissionais. Os celibatários são em menor número que os casados, os quais atingem valores superiores a 37%. Deve registar-se que, além destes há 34.1% solteiros e 27% de quem desconhecemos o estatuto respectivo. Descobrimos que o grupo dos que contraíram núpcias, juntamente com os viúvos, rubricam um valor que ronda os 40%.

³¹ António de Oliveira, numa síntese bem conseguida sobre a mobilidade no espaço português, deixa em aberto sugestões num campo de investigação vasto, onde a variedade de abordagens e fontes sobre migrações internas são apresentadas. Veja-se, OLIVEIRA, António- *Migrações internas e de média distância, em Portugal de 1500 a 1900*, in *oc.* pp. 1-25.

³² RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 79-93. São especialmente jovens alfabetizados, os que foram rumo ao Brasil entre 1835-50, mantendo-se as mesmas características na década seguinte, embora se note maior presença de casados e de mais analfabetos.

Embora estejam representados dois homens viúvos, uma menina solteira e duas mulheres casadas e outras tantas de estado civil desconhecido, podemos dizer que se trata de emigrantes adultos com responsabilidades conjugais e familiares, constituindo por uma parte do núcleo.

A análise ao grau de alfabetização, -estruturado a partir de uma tipologia³³ em que se dividem os instruídos por três grupos: tipo 1, tipo 2 e tipo 3- revela-nos que mais de 62% tiveram acesso à aprendizagem do exercício da cultura do escrito, o que se prova pela capacidade em assinar o nome.

Os analfabetos, representados pelos tipos 4 e 0 ocupam valores inferiores a 27%. Por estes números são responsáveis 12,7% de casados e mais 10,3 de quem se ignora o estado respectivo, tendo emigrado como acompanhantes do titular do passaporte. Utilizando como suporte o tratamento gráfico, concluímos, por um lado, que os analfabetos ocupam um espaço reduzido entre os celibatários e, por outro lado, que, em relação aos casados, temos um quadro com quantitativos mais equilibrados entre os que eram portadores de cultura letrada (sabiam ler, escrever e contar) e os analfabetos, agrupando-se, respectivamente, em 22,2% e 12,7% de instruídos e de analfabetos.

2.3. ÁREAS DE DESTINO

Os passaportes emitidos para saída do Reino têm anotado o local para onde o impetrante deseja seguir viagem. Ao elaborarem estes registos, por vezes, foi registada, vagamente, a área desejada, a qual pode corresponder a um continente, um país e mais raramente uma cidade ou espaço geográfica relativamente mensurável. São os países industrializados que maior atracção exercem sobre estes cidadãos portugueses. Destes destacam-se a França e a Inglaterra, além da vizinha Espanha e de forma não especificada a “Europa”. Tais regiões absorvem quantitativos de “emigrantes” inferiores a 43%, já que os maiores valores seguiram viagem para Gibraltar. Também houve saídas para a Sibéria, contudo daremos realce à análise dos que foram para a Inglaterra e França.

³³ Sobre índices de alfabetização de emigrantes ver: RODRIGUES, Henrique- *Índices de Alfabetização de Emigrantes saídos para o Brasil entre 1836-1860*, separata de «Ler História», 27-28, Lisboa, Fim de Século, 1995, pp. 217-229.

2.3.1. SAÍDAS PARA INGLATERRA

Os passaportes para Inglaterra foram emitidos em nome de negociantes ou indivíduos de quem não temos registo da actividade profissional. Destes, uma senhora com o nome de Alice Teage³⁴, que tinha entrado em Portugal em quatro de Dezembro de 1858, partiu a seis de Junho de 1859. John Dromgood, com 31 anos, alfabetizado, obteve autorização para fazer viagem em direcção a Cark em 31 de Dezembro de 1849.

De Carreço ausentou-se, em 13 de Julho de 1855, António Afonso Enes, com 32 anos de idade, solteiro, negociante. Já tinha viajado, como está testemunhado no documento de mobilidade interna, de seis de Junho de 1855. Os irmãos, Joaquim Maria Rebelo Valente e José Maria Rebelo Valente, de 22 anos de idade e 18 anos, respectivamente, naturais do Porto, obtiveram passaporte em oito de Agosto de 1851. São dois jovens que sabiam ler, escrever e contar. A maior parte dos elementos que identificam os acompanhantes é parcimoniosa, porém ficámos a saber que Domingos José Pinho, de 32 anos de idade, era alfabetizado e tinha vindo de Lisboa, com passaporte interno, para Viana do Castelo. Alguns destes indivíduos são ex-emigrantes brasileiros e surgem no desempenho de actividades comerciais, actuando no espaço europeu.

2.3.2. AUSÊNCIAS COM DESTINO À FRANÇA

Os que tiveram de adquirir passaporte para terras de França³⁵ indicam por destino Bordéus, como acontece a um negociante que partiu, em 1837, com a esposa, a filha e o criado, acompanhantes por quem se responsabilizou sem ter havido o registo de outros elementos no livro respectivo. No ano imediato, também seguiu viagem um natural de Setúbal em direcção à referida cidade. Trata-se, geralmente, de grupos de famílias provenientes de estratos sócio-profissionais que usufruíam de regalias e eram portadores de um “status” especial, se considerarmos o facto de todos possuírem elementos que os identificam como alfabetizados.

Alguns são jovens, muito novos, com 12 e 13 anos, como os irmãos Espregueira de Viana do Castelo. Não existindo referências à ocupação laboral

³⁴ Ficou anotado que esta senhora não sabia escrever.

³⁵ A emigração para o país gálico atinge proporções dignas de registo após a Primeira Guerra Mundial, especialmente a partir de 1920, para expressar números que se situam perto dos 760 000 em 1975. Cf. ARROTEIA, Jorge Carvalho- *A emigração Portuguesa, suas origens e distribuição*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1983, p. 55.

destes dois, sabemos que, além de serem oriundos de uma das famílias mais destacadas da sociedade vianense, tinham frequentado estabelecimentos de ensino. Também indicamos dois estudantes universitários, Luís Bravo de Abreu Lima de 20 anos e seu irmão Álvaro Bravo de Abreu Lima, de 29 anos, que seguiram em direcção a Bordéus, em Maio de 1836. Este último, além de estar registado com a profissão de estudante universitário, foi identificado por “demente”³⁶.

Mais surpreendente é o facto de José Caetano Maciel, natural de Viana e residente no Brasil, ter obtido passaporte com a idade de 40 anos, no dia seis de Outubro do ano de 1840. Desconhecemos os objectivos da sua viagem.

Outros rapazes, com 15 anos de idade, ao obterem a respectiva autorização, no dia 20 de Fevereiro de 1840, para saírem do país, foram registados sem identificação da profissão e firmaram o livro com uma assinatura harmoniosa, como se infere pela arte de escrever o nome, só própria de quem frequentou algum centro de ensino. Também Teresa de Jesus Mendes Pinto, de 33 anos, natural do Porto e indicada como residente em Viana do Castelo, casada com José António de Castro, sabia assinar, e fazia-o com alguma destreza³⁷. O registo do passaporte desta senhora testemunha-nos as facilidades com que se podia seguir viagem para a Europa³⁸. Pelo facto de não se destinar ao Brasil, o que vinha devidamente expresso, não foram arquivados os documentos como a lei previa, tendo ficado só a informação de que não os deixou no Governo Civil. Menos claro é a inexistência da autorização do marido, como a lei exigia aos

³⁶ Cf. A.G.C., *Livro de Registo de Passaportes* nº 1, fol. 21v.

³⁷ Sobre a assinatura das mulheres veja-se: SILVA, Ribeiro- *Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII*, in *I Congresso Internacional do Barroco, actas*, vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, 1991, pp.451-461. Ribeiro da Silva apresenta, para Portugal, estudos sobre a problemática da alfabetização no Antigo Regime. Sem querermos elencar a bibliografia dedicada a esta matéria pelo autor remetemos o leitor interessado para o trabalho: *História da alfabetização em Portugal, fontes, métodos e resultados*, in *História da educação em Espanha e Portugal, investigações e actividades*, org., NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruiz- s.l., Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Sociedad Española de Historia de la Educación, 1993, pp. 101-121.

³⁸ O cumprimento das orientações que a lei sobre a emigração e o serviço militar determinava, especialmente a de 27 de Julho de 1855, era assumido com muito rigor em relação aos que desejavam seguir para o Brasil e se encontravam, etariamente, untegrados na faixa etária respectiva. Para os restantes é observável uma maior facilidade na apresentação dos documentos e mesmo no registo da viandade.

que seguiam viagem para além do Oceano. Um outro identificado como negociante “brasileiro”, com a idade de 44 anos, deixou o nome assinado com uma letra caligráfica, em 27 de Abril de 1855, no livro respectivo.

Resta, ainda, referir que, entre estas deslocações pela Europa, foi identificado o Comendador António Taveira A. Pimental de Carvalho, que seguiu para França em Junho de 1855, tendo antes, em Agosto de 1853, obtido um passaporte para Inglaterra. Trata-se do vianense mais “viajado” na década de 1850, tendo requerido passaportes para os países referidos, além de mais dois com destino descrito como “Europa”.

Dos que apontaram, genericamente, o velho continente encontramos, além dos já sublinhados, Francisco Pinto de Carvalho que tinha estado em terras do Brasil, de onde regressou com o estatuto profissional de negociante. Este é o caso típico do vianense que fez o retorno com a família, em Outubro de 1860, do Rio Grande do sul, e deu continuidade os seus negócios por terras intercontinentais.

De outras origens geográficas, encontrámos Domingos José Tinoco, um comerciante natural de Prado, Vila Verde, distrito de Braga, com 43 anos, era detentor de capacidades para escrever com perfeição. Estava casado com Antónia Fonseca da Conceição, de 32 anos, com quem se ausentou, em Setembro de 1860.

Podemos concluir que este movimento deve enquadrar-se num contexto diferente da mobilidade típica do século XIX, de longa duração por tratar-se de estudantes, negociantes e outros agentes que fizeram viagens de negócios ou de lazer, especialmente os que foram para a Europa/França. Só os que seguiram para Bordéus têm assinalado o local exacto. Também notámos que foi a burguesia vianense, instruída e com capacidades financeiras elevadas³⁹, ou ex-emigrantes brasileiros, quem encenou este quadro de mobilidades.

³⁹ As despesas legais com fiança militar, a organização do processo, a aquisição do passaporte e a viagem, em 1860 podia situar-se nos 150\$000 réis, valor que corresponde a mais de 18 meses de vencimento de um professor primário que recebia 90\$000 réis anualmente. Os custos podiam aumentar de acordo com a fiança, as deslocações e o número de documentos a obter. O engajamento era uma estratégia a que deitavam mão muitos dos analfabetos e pessoas com menores recursos financeiros, deixando a família empenhada para seguirem viagem. Veja-se RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, capítulo “Poderes e contra-poderes dos mecanismos de engajamento”, pp. 371-401.,

2.3.3. PASSAPORTES PARA ESPANHA

O perfil dos que ficaram registados como emigrantes com destino a Tuy, Vigo, Cambados(?), Correl, Cadis, Sevilha e “Galiza” evidencia um quilate mais empobrecido, quando comparado com o dos outros patrícios que se ausentaram para os países europeus, e considerando os tipos de assinatura e a proveniência sócio-cultural. Só José Lobo Miranda, solteiro, de 24 anos de idade, natural de Viana do Castelo, e José Pinto Soares, viúvo, com 32 anos, natural do Porto, com a profissão de “actor de teatro”, foram classificados como portadores de um *ductus* harmonioso e por isso inseridos no tipo caligráfico.

Um grupo familiar, de quem desconhecemos a naturalidade⁴⁰, constituído por uma senhora de nome Vitória Pereira e dois filhos, Ana e Mateus, foram incluídos no passaporte colectivo solicitado por Leon Teixeira, um francês que viajou para Vigo. Conhecemos poucos elementos de identificação desta mãe e dos respectivos filhos que foram na companhia de um homem de 29 anos de idade, solteiro e que sabia assinar de forma regular. Além destes, encaminharam-se para a mesma cidade mais onze pessoas, elementos de uma companhia de teatro. Também chamou a nossa atenção o facto de Francisco José Branco, de 33 anos, ter obtido um outro passaporte colectivo, datado de 1 de Agosto de 1837, com a indicação de 20 elementos da “empresa” de teatro, quando em 22 de Julho do mesmo ano foi registado juntamente com Manuel Monteiro dos Santos⁴¹. Trata-se da “companhia de teatro” que na sua deslocação teve de proceder a várias viagens, saindo primeiro os responsáveis e depois toda a equipa? É difícil responder a tal questão, contudo ficamos a saber que esta permuta cultural, que o teatro proporcionava, era visível entre Portugal e Espanha e movimentava, no caso vertente, pouco mais de duas dezenas de intervenientes.

Das restantes saídas notámos que Sebastião Cubelo, natural de Fão, concelho de Esposende, com 28 anos, negociante de profissão, foi titular de um passaporte no qual foi assinalado como acompanhante um criado de nome Lourenço Fernandes Rites, com 35 anos, sendo o destino registado por Cambados(?), uma localidade de Espanha⁴².

⁴⁰ Nem sempre os documentos exigidos pela lei foram solicitados, especialmente quando os intervenientes eram conhecidos dos funcionários, pelos quais se responsabilizavam, ou mesmo quando a idade não colidia com os deveres militares. Também muitos dos documentos dos processos destes passaportes sofreram várias danificações e outros foram destruídos, motivo porque não nos foi possível identificar a naturalidade deste grupo.

⁴¹ Natural do Porto, registado como actor de teatro

⁴² Relativamente à naturalidade dos intervenientes neste movimento migratório, saídas com documentos legais para o país vizinho, há identificados 3 vianenses, 3 franceses e 2 ingleses.

3. MOBILIDADE DE MANCEBOS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

A emigração de jovens para Espanha, no século XIX, é dificilmente detectada⁴³, e continua por estudar⁴⁴, por tratar-se de saídas com características diferentes das dos fluxos que seguiram viagem rumo ao Brasil, durante o mesmo período⁴⁵. O estudo sobre o movimento de pessoas tem sido elaborado a partir de uma fonte recentemente explorada, os *Livros de Registo de Passaportes* e os respectivos *Processos*⁴⁶, os quais poucas informações nos legaram sobre o cenário da mobilidade em direcção à Europa, como anteriormente referimos.

Pareceu-nos oportuno incluir aqui esta abordagem, por tratar-se de jovens do sexo masculino, que foram referenciados quando tinham idade para cumprirem o serviço militar e que estão registados nos *Livros de Recenseamento Militar*, porque é uma fonte que não tem sido explorada para analisar a variável da clandestinidade. Todos os mancebos foram indicados como ausentes em Espanha. Destes não foi possível proceder a um enquadramento sócio-cultural tão completo como o dos seus colegas embarcados para além do oceano, mas conseguimos obter elementos para calcular índices de clandestinidade e da emigração ilegal, além de ficarmos a saber que se tratava de deslocações que formavam a estrutura da base da pirâmide social, na sua maioria procedentes de

⁴³ Desde 1760, a mobilidade interna fica sujeita a uma fiscalização, exigindo aos transeuntes o uso de um passaporte interno. A lei de 1863 aboliu estes documentos e facilitou o movimento de pessoas e "bens" entre os povos da fronteira, permitindo a entrada e saída livre aos que viviam na fronteira Cf. VASCONCELOS, José Máximo de Castro Leite e- Lisboa, *Collecção oficial da legislação portuguesa, 1850-63*, Imprensa Nacional, 1864, p. 143.

⁴⁴ SERRÃO, Joel- *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 73.

⁴⁵ Veja-se, sobre a emigração legal, com passaporte emitido em Viana do Castelo, RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, 1835-60: a miragem do Brasil*, Porto, 1991 (dissertação de mestrado); *A emigração para o Brasil, contributo sócio-cultural e profissional do Alto-Minho*, Braga, Universidade Católica, 1993; *Emigração galega para o Brasil através de Viana do Castelo (1838-60): análise à alfabetização e ao perfil sócio-profissional*, in *Aportaciones al estudio de la Emigracion Gallega, un enfoque comarcal*, dirigido por ROEL, Eiras- Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992; *Emigração, conjunturas políticas e económicas*, in *Emigração e Imigração portuguesa no século XIX e XX*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993; *Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil*, comunicação apresentada ao III Congresso da ADEH, Braga, Universidade do Minho, 1993.

⁴⁶ Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, 1835-60: a miragem do Brasil, o.c.*, pp. 8-11.

aldeias mais isoladas dos centros urbanos, através das quais se nota o efeito de insularidade, e que menos mão-de-obra “exportavam” para o Brasil, a ex-colónia portuguesa do século XIX.

3.1. AS FONTES

A fórmula que utilizámos para tirar da opacidade o perfil dos jovens que deixaram o Alto-Minho, consistiu na análise de uma fonte que não tem sido objecto de muita atenção para o século XIX, os *Livros de Recenseamento Militar*⁴⁷. Aqui debatemo-nos com alguns problemas decorrentes da identificação sumária dos mancebos, o que não permitiu resolver a totalidade das questões com que partimos, por se tratar de séries construídas sob a direcção de várias entidades, que nos legaram “representações” fragmentadas dos cenários sociais em que se enquadram os mancebos.

Na fase etária em que qualquer homem é recenseado, e depois do acto de sorteamento que apurará o corpo do exército, as autoridades responsáveis pelo processo deviam reunir as informações consideradas imprescindíveis sobre os jovens com 20 anos⁴⁸, anotando as indicações relativas aos rapazes que não se encontram na freguesia. Utilizámos estes registos para apurar as ausências que

⁴⁷ A lei de 27 de Julho de 1855 e o regulamento de 10 de Janeiro de 1856 constituem a estrutura de um suporte legislativo para o serviço militar. Na primeira quinta-feira Fevereiro de cada ano, iniciava-se o processo de recenseamento o qual deveria estar concluído, volvidos quatro meses (na primeira quinta-feira de Maio do mesmo ano), momento em que as autoridades, publicamente, procediam ao respectivo sorteamento. Cf. DIÁRIO DO GOVERNO, nº 201, de 27 de Agosto de 1855, p. 1099. (Lei de 27 de Julho de 1855, cap. II, art. 7º e 8º)

⁴⁸ Após a vitória do Liberalismo sobre os Absolutismo, em 1834, a definição da faixa etária para prestação do serviço militar alargou-se ao grupo dos que se situavam entre os 18 e os 25 anos. Com a lei de 4 de Junho de 1859, os maiores de 14 anos foram obrigados ao pagamento de um fiança para, caso aos 20 anos fossem sorteados e não estivessem no país, custeassem as despesas de um substituto, valor este que podia atingir os 76\$000. Veja-se, sobre os preços de fianças praticados no Alto-Minho, DIÁRIO DO GOVERNO nº 90, de 19 de Março de 1858, p. 507 e DIÁRIO DO GOVERNO nº 138, de 14 de Junho de 1859, p. 821. (Lei de 4 de Junho de 1859) Veja-se, ainda sobre esta problemática, onde se trata da emigração de jovens com idade de prestarem o serviço militar, RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 35-55.

outras fontes não conseguem “revelar”⁴⁹. Há referências, por vezes, com uma objectividade e um rigor como: número de anos de ausência, situação familiar e profissional, local de destino, entre outras indicações que nos proporcionaram uma análise do quadro laboral e sócio-familiar relativo aos que tinham emigrado ilegalmente⁵⁰.

Os *Livros de recenseamento Militar* também anotam, para os concelhos que estudámos⁵¹, o modo de vida desempenhado pelos que tinham partido para

49 Relativamente à freguesia de Lanheses, os livros de *Róis de confessados* dão, parcimoniosamente, algumas informações sobre estes casos. Foram apontadas oito pessoas que, entre 1870 e 1880, estiveram em Espanha e sete no Brasil, segundo BRETTELL, Caroline B.- *Homens que partem, mulheres que esperam, consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 134. Tais documentos não podem ser utilizados, isoladamente, para a análise deste fenómeno, pois nem sempre os párocos elaboravam estas anotações, enquanto que os *livros de recenseamento militar* deviam fazer o registo dos faltosos, alguns dos quais têm indicação do destino que tinham seguido, pois a lei a isso obrigava as próprias juntas de paróquia e comissões recenseadoras, das quais o regedor e o pároco faziam parte. Cf. DIÁRIO DO GOVERNO, nº 201, de 27 de Agosto de 1855, pp. 1099-1100. (Lei de 27 de Julho de 1855)

50 Além de haver “cadernos” onde foram registadas as datas de nascimento, encontra-se também a referência de que são emigrantes há cinco ou seis anos e mesmo mais tempo. Relativamente aos que estão ausentes em Espanha, não foi dada esta informação com um rigor tão acentuado, pois a representação social do brasileiro era diferente e mais cotada do que a dos seus patrícios que não conseguiram sair do continente europeu.

Há exemplos ilustram com expressões: *ir aos ganhos para Espanha*, como está referido no registo de Manuel Vaz, natural de Fiães, lavrador, órfão de pai que, em 1856, é dado como faltoso aos deveres na qualidade de mancebo sorteado. Veja-se no A.G.C. o *Livro de Recenseamento Militar do concelho de Melgaço*, ano de 1856, Fol. 14 (cópias). Este arquivo encontra-se em fase de inventariação, motivo porque não é possível fazermos uma citação da fonte referências arquivísticas mais completas. Outra nota importante diz respeito à ausência, referida por expressões como: *em Espanha à 14 anos*, o aconteceu relativamente a Manuel Afonso, solteiro, natural de Soutelo, donde se infere que deve ter partido com 6/7 anos de idade. Cf. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO (CMV), *Livro de Recenseamento Militar*, ano de 1858, s.n., fol. 124; Também há indicações sobre gêmeos como vemos, no mesmo arquivo (CMV), pelo *Livro de Recenseamento Militar*, ano de 1862, s.n., fol. 1; José Martins, pedreiro, natural de Montaria, concelho de Viana do Castelo.

51 A pesquisa que fizemos foi levada a cabo durante a investigação que conduziu à nossa dissertação de Mestrado, motivo porque nos limitamos ao período compreendido entre 1856-66, na perspectiva de detectarmos a clandestinidade e da emigração ilegal. (Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 325-341.)

o estrangeiro⁵².

Se já apontámos alguns problemas decorrentes da investigação levada a cabo através destas séries, deve sublinhar-se que qualquer historiador será assaltado por outros escolhos, situados ao nível da identificação mancebos, quando são arrolados só pelo nome, sem os apelidos. Se uns concelhos nos fornecem registos relativos à identidade, expressos pela data de nascimento, naturalidade, residência e período de tempo de ausência, além da profissão, - elementos que vão ajudar a reconstituir a situação sócio-familiar e profissional- outros, mais parcimoniosos, apresentam-se com o mínimo de informação, a qual só pode ser tratada estatisticamente ao nível da filiação e a naturalidade, além do local onde residia e seria recenseado.

As dificuldades avolumam-se quando os sorteados faltosos são re-inscritos, sem qualquer referência, dois ou três anos consecutivos em livros diferentes. Se há concelhos que não indicam as terras para onde se ausentaram⁵³, outros apresentam cópias cuja paginação está por numerar.

Perante este quadro, relativo às fontes utilizadas para análise da emigração de mancebos, as dificuldades da acção pesquisiva são de maior monta e apresentam uma “vulnerabilidade” específica, porque os “cadernos” são elaborados de acordo com as directrizes de cada município, omitindo-se, por vezes, o preenchimento de alguns itens.

Certamente mais inovador é o facto de podermos construir uma variável que permita a detecção da emigração ilegal e clandestina⁵⁴, identificando os elementos que saíram sem passaporte, além de ficarmos a conhecer o perfil de

⁵² Quer o Arquivo da Câmara Municipal de Ponte de Lima (AMP) , quer o da de Viana do Castelo (AMV) foram por nós compulsados na perspectiva de procedermos a um levantamento desta fonte. Os restantes elementos, referentes a outros espaços geográficos foram estudados a partir das “cópias autênticas” que as respectivas instituições enviaram para o Governo Civil do distrito.

⁵³ Não foi possível procedermos a um levantamento completo por falta de elementos para todas as áreas. De Ponte da Barca só analisámos o período referente aos anos de 1863-65; para os Arcos de Valdevez fizemo-lo relativamente aos período de 1858 a 1865. Para o de Monção e para o de Paredes de Coura não foram anotadas as informações relativas aos que tinham emigrado, o que não permitiu a análise destes espaços concelhios.

⁵⁴ A emigração ilegal situar-se-á nos 4.5%, se considerarmos tal variável exclusivamente com os que foram para o Brasil, entre 1835-60 com passaporte emitido pelo Governo Civil de Viana do Castelo. Se contabilizarmos os que partiram ilegalmente para Espanha concluímos que os valores são assustadores, apontando para os 42%. Tal constatação obriga e sublinhar que estamos perante

um surto cujas características se revelam muito diferentes das dos que tinham escolhido como área de destino o Brasil e que estudámos através do Livros de Passaportes.

3.2. SAÍDAS CLANDESTINAS PARA A GALIZA

Desta emigração de jovens do sexo masculino, mancebos que deviam apresentar-se para cumprimento dos requisitos do serviço militar⁵⁵, registadas

lógicas de fluxos totalmente diferentes, quando se trata de ausências para o país vizinho e quando se fala dos que seguiram embarcaram para o Brasil.

O problema da clandestinidade foi colocado, com “prudência”, por Rodrigues de Freitas, aceitando cotas elevadas, cerca de um terço sobre o total da saídas legais. Recentemente, Costa Leite ao comparar as estatísticas portuguesas e americanas, avançou com a tese de que as nacionais correspondem ao total de saídas legais e clandestinas documentadas, opinião que invalida as posições clássicas, comparando fontes de conteúdos diferentes. Tal estratégia metodológica não permite uma conclusão rigorosa no dizer de PEREIRA, Miriam Halpern- *Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa*, in “Análise Social”, terceira série, vol. XXV, nº 108-109, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1900, p. 737) Ainda em oposição aos resultados de Costa Leite, sublinhando que a cada fonte corresponde um tipo de fluxo migratório, surgiu BAGANHA, Maria Ioanis B.- *A emigração portuguesa e as fontes de emigração*, in “Análise Social”, quarta série, vol. XXVI, nº 112-113, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1900, p. 725).

De facto, houve emigrantes que saíram, ilegalmente, com documentos falsos ou emitidos em nome de outros requerentes, testemunhámo-lo nós na nossa dissertação de mestrado. Mesmo assim não parece de aceitar-se a inexistência de ausências não quantificadas, que, como vimos, num espaço reduzido e numa fase de “arranque”, apresenta menos de 5%. Se contabilizarmos os que partiram para Espanha, o indicador da clandestinidade aumenta, atingindo valores superiores aos da década de 1951-1960.

Reduzir a clandestinidade ao nulo não pode aceitar-se linearmente, já que ela variou de acordo com as várias conjunturas políticas e económicas, originando ciclos de emigração. Utilizar as elevadas percentagens e trabalhar sobre essa perspectiva é não ter em linha de conta os destinos dos emigrantes. Pelo exercício que fizemos, era de facto elevada, embora pouco expressiva para o Brasil e durante o período de 1835-60.

Veja-se, ainda, sobre a clandestinidade, os seguintes autores e obras: SERRÃO, Joel- *Emigração Portuguesa- ob.cit.* pp. 37-38; FREITAS, José Joaquim Rodrigues de- *A emigração Portuguesa para o Brasil*, in *Páginas Avulsas, ob.cit.*, pp. 172-174; EVANGELISTA, João- *Um Século de População Portuguesa, ob. cit.* pp. 121-123 e LEITE, J. Costa- *Emigração Portuguesa, ob.cit.* pp. 463-477..

⁵⁵ Uma versão desta parte do texto foi apresentada, com o título: *Emigração clandestina de Portugueses para Espanha no século XIX,(análise dos livros de recenseamento militar, 1855-65)*, ao “1st European Conference of the International Commission on Historical Demography”, Universidade de Santiago, de 22-25 de Setembro de 1993. Pela importância da fonte utilizada pareceu-nos útil divulgá-la com as alterações que nos pareceram mais úteis.

ao longo de uma década, sublinha-se o volume relativo ao período situado entre 1856-60, com os valores mais elevados em 1858. Também na década de 1860 constatamos que o ano de 1863 forma um pico bem saliente. Embora estes números não correspondam a saídas anuais, podemos considerá-los como um indicador do movimento migratório do sexo masculino, registados no período em que os jovens tinham idade para prestação do serviço militar.

O ritmo das ausências de mancebos, indicados como emigrantes em Espanha, é mais expressivo no ano de 1858, momento em que o Alto-Minho vivia uma crise agrícola⁵⁶. No início da década de 1860 assistimos ao abrandar destes quantitativos, contudo o ano de 1863 ainda mostra algum “nervosismo”, que pode estar directamente ligado à lei sobre a mobilidade, a qual dispensava o uso do passaporte aos portugueses da fronteira que seguiam para Espanha⁵⁷.

A média anual aponta para um cômputo superior a 27 mancebos destas áreas que se tinham retirado para o país vizinho, embora a moda fique nos 21 rapazes que anualmente são arrolados na qualidade de faltosos ao recenseamento militar e se encontram além da fronteira. Sublinhe-se que o ano mais expressivo representa 19,5%, logo seguido de 1863 com 14% e com menor percentagem o de 1859 que rubricou 12,6%.

3.3- ORIGEM GEOGRÁFICA DOS MANCEBOS

Os espaços geográficos que apresentam valores mais significativos depois de Viana do Castelo são os de Melgaço e Ponte de Lima com, respectivamente, 42 e 48 mancebos. Note-se que os municípios de Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha, áreas que se encontram ao longo da divisão fronteiriça feita pelo rio Minho, não se identificam como potenciais “exportadores” desta mão-de-obra, oriunda de quadros sócio-familiares menos privilegiados.

⁵⁶ Sobre as conjunturas económicas remetemos para RODRIGUES, Henrique- *Emigração, conjunturas políticas e económicas, o.c.*

⁵⁷ Cf. o *Regulamento geral de polícia para o trânsito no Continente do Reino e das Ilhas Adjacentes*, in DIÁRIO DO GOVERNO, nº 77, de 9 de Abril de 1863, pp. 1003-1005.

A lei de 1863 aboliu os passaportes internos e facilitou o movimento de pessoas e “bens” entre os povos da fronteira permitindo a entrada e saída sem peias burocráticas. Cf. VASCONCELOS, José Máximo de Castro Leite e- *Collecção oficial da legislação portuguesa, 1850-63*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, p. 143.

Viana do Castelo viu sair 171 jovens, quantitativos que equivalem a mais de 56%, enquanto que Melgaço e Ponte de Lima rubricaram, pela mesma ordem, 14% e 16% deste tipo de ausências. Embora os registos dos emigrantes dos concelhos de Paredes de Coura, Monção e Arcos de Valdevez sejam representados pelo nulo, é de crer que também tivessem alguma expressão, se considerarmos que se trata de municípios que reúnem condições geográficas motivadoras para a transposição da fronteira, pois a falta de tais indicadores nos *Livros de recenseamento Militar* não significa a inexistência de jovens emigrados.

Se o destino está identificado de forma genérica, com expressões do tipo “ausente em Espanha”, dos quais três tinham ido para Castela, 23 com destino à Galiza e 27 para Tuy⁵⁸, o mesmo não acontece relativamente à naturalidade. Esta permite-nos uma análise por local de recenseamento. Sem querermos elencar todas as terras deste espaço geográfico, o Alto-Minho, devemos registar que, devido aos valores, se evidenciaram algumas freguesias que mais rapazes viram partir para Espanha..

Do concelho de Viana temos em Nogueira cinco emigrantes; Cardielos e Serreleis surgem com seis cada; seguem-se as localidades de Amonde e Anha com sete, enquanto que Portuzelo registou oito mancebos ausentes. Mais expressivas são as aldeias de Meixedo com catorze saídas, Lanheses com dezassete e, finalmente, São Lourenço da Montaria que assume o aspecto de pólo mais volumoso, com os 53 homens que atravessaram a fronteira para o país vizinho.

Em Caminha destacamos Orbacém com seis saídas, sendo a representação das restantes terras inferior a este quantitativo. Também Vila Nova de Cerveira só assistiu à ida de cinco rapazes da aldeia de Candemil, três da de Sopo e dois de Gondarém, tendo as restantes aqui cartografadas contribuído com o valor mais reduzido. Da mesma forma, no concelho de Valença, a arquitectura da distribuição não apresenta números relevantes e apenas Ganfei viu sair dois emigrantes com destino ao país vizinho.

Inferimos, desta análise, embora não tenhamos elementos relativos ao concelho de Monção, que ao longo da fronteira não se assiste à construção de uma mentalidade que levava os mancebos a “fugirem” ao cumprimento do serviço militar, atravessando a fronteira.

⁵⁸ Devido ao facto de termos detectado a identificação do destino globalmente, não nos parece útil qualquer esforço no sentido de o cartografar.

À semelhança do que registamos para os primeiros municípios, Melgaço apresenta uma povoação destacada com 12 mancebos que fizeram a deslocação para terras de Espanha. Trata-se da freguesia de Castro Laboreiro. A seguir a esta localidade, vem Cristóval com 6, Parada com 5, Fiães e a própria vila de Melgaço com 4, por fim, com 3 cada, as terras de Chaviães e Paços.

Em Ponte de Lima, quem mais se afirma, na liderança deste fenómeno, são os habitantes de São Pedro de Arcos, entre os quais 14 homens ousaram seguir viagem para aquelas paragens. Depois segue-se Fontão com 10. As restantes localidades, que figuraram o seu nome neste registo, apresentam valores inferiores a 4 ausências.

Tratando-se da representação de um fenómeno sócio-cultural relativo a um espaço geográfico que cobre parcialmente o Alto-Minho⁵⁹, assume importância por facilitar a comparação do movimento entre os vários espaços concelhios. A primeira conclusão a registar-se relaciona-se com a arquitectura que provoca o efeito de uma “insularidade” desenhado pelo volume de emigrantes do interior, especialmente nas aldeias distribuídas pelas paisagens mais serranas, como está patenteado no cenário descrito.

Estaremos perante uma estratégia de emigração depauperada e de recursos financeiros parcimoniosos que não permitiam a ausência para terras mais longínquas, como o Brasil, e a quem nem os empregadores procuravam? Tratar-se-á de deslocações cujo objectivo primeiro era o de escapar às malhas da lei - sem poderem sair para o Brasil com passaporte- e, perante tal cenário, optaram por ausentar-se para terras de Espanha, local de um lenitivo possível?

Estas questões são tanto mais oportunas quanto maior é o nosso conhecimento das estruturas sócio-profissionais dos emigrantes que foram para o Brasil⁶⁰, cujo perfil é o de ausências dos melhores quadros que tinham adquirido

⁵⁹ A distribuição só foi cartografada relativamente a parte do distrito de Viana do Castelo, devido à falta de informações sobre o destino dos jovens dos concelhos de Arcos de Valdevez, Monção e Paredes de Coura.

⁶⁰ Até 1850, o movimento de pessoas com passaporte para o Brasil revela-se jovem e com elevado nível de alfabetização, que partiram depois de obterem preparação para as actividades comerciais. Com as crises agrícolas os grupos etários mais idosos decidem-se a partir o que provoca o envelhecimento e a emergência de maiores índices de analfabetismo entre os fluxos. (Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 111-134; *A emigração para o Brasil, contributo sócio-cultural e profissional do Alto-Minho*, separata das actas de “Congresso Internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas”, vol. IV, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993, pp. 239-251)

“habilitações” para o desempenho de actividades comerciais⁶¹. Sublinhe-se que, dos concelhos que se enquadram na linha de fronteira ao longo do rio Minho, só os naturais de Melgaço parece terem sentido a atracção exercida por Espanha, expressa nas 42 ausências, enquanto Valença, Caminha e Vila Nova de Cerveira fornecem cômputos com valores muito definhados e sem cobrir a área da raia.

3.4- GRUPOS SÓCIO-PROFISSIONAIS

Nesta fase da investigação não é possível avançar com o quadro dos elementos de valor comparativo entre todos os espaços geográficos do Alto-Minho, contudo podemos analisar os grupos sócio-profissionais destas ausências.

O perfil laboral não se apresenta com um modelo muito diversificado. Os emigrantes surgem distribuídos pelas actividades de: lavrador, pedreiro, cesteiro, chapeleiro, criado, ferrador, ferreiro, criado de servir, alfaiate e caiador. Temos um alargado espectro profissional e ao mesmo tempo insignificante pelos valores quantitativos. Por ser um grupo muito reduzido de mesteres e definhado pelos cômputos, não podemos utilizar tais elementos para classificar ou representar sócio-profissionalmente as levas para Espanha, neste decénio. Devemos sublinhar que estamos perante indicadores que definem os elementos que não representam os estratos socais mais dominantes.

O grande grupo de ocupações que lidera este surto é constituído por 198 pedreiros, 41 lavradores, 11 jornaleiros, além de mais 7 que são duplamente identificados pelo desempenho de actividades de lavoura e de pedreiro⁶². Restam 34, o que representa cerca de 11%, que não deixaram elementos esclarecedores da situação profissional.

⁶¹ IDEM, *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 218-263. Ao tratarmos dos “objectivos” da emigração foi possível apurar que a dedicação à vida comercial sustentava a “miragem” com que se partia, levando em mente a ideia de enriquecer rápida e facilmente. Neste contexto encontramos jovens que frequentaram os estudos liceais e as escolas secundárias, seguindo depois para o Brasil, onde fariam jus das habilitações académicas no desempenho das actividades comerciais.

⁶² São várias as actividades que podiam ser desempenhadas simultaneamente. Dos exemplos detectados, entre os que foram para o Brasil desde 1835 a 1860 sublinhamos os mais representativos: 44 lavradores, 12 pedreiros, 9 carpinteiros, 7 criados, 6 alfaiates, 4 proprietários, 3 sapateiros e 2 ferreiros, todos identificados em duas profissões. A maior parte ocupava-se nos serviços dependentes das lides agrícolas. Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, o.c.*, pp. 171-174.

Com os elementos expostos estamos habilitados para podermos testemunhar que cerca de 65% desempenham a profissão de pedreiro, cálculos que permitem classificar parte destes surtos. São homens com menos de vinte anos, trabalhadores da “construção civil”, -para utilizarmos a actual terminologia profissional- que tinham uma ligação profunda com as lides agrícolas, das quais também viviam, ocupando parte dos seus tempos, trabalhando por conta própria, ou no desempenho de actividades para terceiros, por isso oriundos de estratos sócio-culturais diferentes dos que proporcionaram aos seus filhos a ida para Brasil, formando as categorias inferiores da pirâmide hierárquica social e financeiramente⁶³

Importante é o facto de sabermos da existência de 7 homens que partiram com um estatuto de casados, além de 30 de quem não conhecemos o respectivo estado civil⁶⁴. Os restantes foram identificados como solteiros, o que corresponde a uma representação típica destes fenómenos, porque se tratava de rapazes situados etariamente na casa dos 20 anos.

Concluimos que mais de 87% dos jovens viviam no estado celibatário, e cerca de 85% ligados à profissão de pedreiro ou às actividades da lavoura, os trabalhos agrícolas, e não é ousado sublinhar que se trata de ausências que constituem as franjas da ordem social e económica.

3.5- ESTRUTURAS FAMILIARES

Neste contexto, a análise à situação familiar é uma abordagem que se torna de difícil operacionalização. Alguns indicadores relativos à orfandade e à ilegitimidade⁶⁵ obtiveram-se pelo estudo dos nomes dos pais⁶⁶. Os que foram

⁶³ Os que se dedicavam aos trabalhos da terra em condições mais precárias, com poucos recursos, faziam-no na dependência de lavradores mais abastados.

⁶⁴ Havia emigrantes de vários estados civis. Eram os jovens que reuniam mais capacidades e condições para traçarem um futuro estruturado como emigrante de sucesso, regressando posteriormente à terra para casarem, voltando a fazer novamente viagem. Também os há no estado viúvo, casado e mesmo órfãos, e expostos. Caroline Brettell, quando se refere aos habitantes de Lanheses, aponta como média etária, para os que emigraram e que contraíram o matrimónio nos finais do século XVIII, os 29.5 anos. Para os que estiveram em Espanha na década de 1870-80, registou um valor situado nos 35.4 anos. Cf. BRETTELL, Caroline B. - *Homens que partem*, o.c., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 134.

⁶⁵ Sobre emigrantes órfãos, expostos e ilegítimos remetemos o leitor interessado para RODRIGUES, Henrique Fernandes- *Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil*, comunicação apresentada ao III Congresso da ADEH, Braga, Universidade do Minho, 1993.

expostos surgem devidamente registados, já que não é possível identificar os ascendentes e, ao mesmo tempo, têm a rotulá-los o epítome respectivo⁶⁷. Detectámos um com este estatuto, além de mais 24 que nasceram à margem dos códigos que a moral impunha (filhos ilegítimos). Outros 55, à data em que tinham idade para cumprirem o serviço militar, eram órfãos. Este estado divide-se por sete que tinham perdido a mãe, oito que já não conheciam ambos os pais e 40 que ainda podiam gozar da companhia da mãe. O maior número pertencia ao grupo dos que viram falecer o pai.

Apurámos que, entre estes mancebos, mais de 26% viviam uma situação familiar precária se considerarmos o facto de não terem parte das células que compõe o núcleo e que mais de 18%, sendo órfãos, optaram por melhorar o seu “modus vivendi” indo *aos ganhos para a Galiza*. Entre eles também verificamos a ausência de irmãos⁶⁸. Os restantes laços familiares são difíceis de descobrir, devido ao facto de não existirem indicadores que nos permitam a análise desta variável, com elementos de reconstituição da família. Não identificamos outros graus de parentesco, o que nos leva a fazer unicamente referência aos que tinha na afinidade familiar a linha directa ligando pais e filhos.

⁶⁶ Tratando-se de mancebos sem pai, não é registado o nome deste. A mãe surge como pessoa responsável, ficando anotado o estado de orfandade. Também os filhos ilegítimos têm este mesmo tipo de indicador e por vezes, quando a mãe contrai matrimónio, tal informação surge bem clarificado. Os filhos de mulheres solteiras estão sempre registados como ilegítimos

⁶⁷ Há casos em que a mãe e mesmo o pai de expostos estão identificados como responsáveis, assumindo o ónus da paternidade. Como exemplo apontamos o registo de Faustino Exposto, filho de Maria Antónia, com 24 anos, em 1859, é dado como emigrante no Brasil. Cf. ACP, *Livro de Recenseamento Militar* do ano de 1859, s.n., fol. 10; ou o registo relativo ao ano de 1863, fol. 12, que refere Albino, natural de Rendufe, filho de Antónia Maria. É importante sublinhar que no A.G.C., *Livro de Recenseamento Militar ano de 1863*, fol. 7, foi anotado um mancebo chamado António, com 20 anos, solteiro, pedreiro de profissão, natural de Lanheses, exposto, a viver em casa de João Fernandes Gemieira. De outros casos foram identificados aspectos sócio-familiares, como aconteceu a António, solteiro, de 21 anos em 1856, pedreiro, filho ilegítimo. **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** Cf. A.G.C. *Livro de Recenseamento Militar do Concelho de Viana do castelo*, ano de 1856, s.n., fol. 29.

⁶⁸ Quando os mesmos nomes do pai e da mãe surgem registados em anos diferentes e em relação a vários mancebos da mesma localidade, atribuímos a identificação de irmãos a estes emigrantes. Não excluimos a hipótese de haver falsas relações, embora seja difícil, na mesma freguesia, com idades e nomes diferentes e os mesmos pais, tratar-se do mesmo mancebo, parece mais plausível a existência de laços familiares.

Só conseguimos produzir uma informação relativa a filhos legítimos e das mesmas núpcias, contudo sabemos que as relações familiares e mesmo os lares podem ter constituído redes que estiveram envolvidas neste tipo de movimento migratório para Espanha.

Há, em algumas localidades, núcleos familiares de onde saíram dois ou mais filhos. No Concelho de Ponte de Lima, encontramos dois fogos na freguesia de São Pedro de Arcos e outros tantos na de Fontão, de onde partiram dois irmãos; Gandra, Gondufe e Sá surgem com três rapazes de outras tantas casas de cada uma destas localidades. No Município de Viana do Castelo vemos tais laços familiares em Lanheses e Meixedo em dois e três núcleos respectivamente, havendo lares com cinco irmãos, todos ausentes em Espanha à data em que foram sorteados para cumprimento do serviço militar. Na freguesia de Montaria, local que contribuiu para este surto com 53 rapazes, há oito casas com vários emigrantes que se eximiram aos deveres que a “lei da farda” impunha, existindo uma com três e outra com quatro irmãos que foram para terras de Espanha⁶⁹.

4- CONCLUSÕES

Inferimos, da análise ao grupo de imigrantes, -que apresentaram um trajecto diferente dos portugueses que foram para o Brasil até meados do século XIX, vindo, primeiro, para Portugal e saindo, depois, para o Brasil- que não se trata só de galegos desprovidos de cultura letrada e muito menos devem ser vistos como habitantes oriundos de estratos sócio-culturais totalmente desfavorecidos e desprotegidos, pois há mesmo estudantes, professores e caixeiros que optaram por obter passaporte em Viana do Castelo e outros que, vivendo entre nós, ousaram experimentar novos rumos. Apurámos que a procedência, relativamente ao quadro profissional, se identifica com as actividades de trabalho da terra, onde se encontram mais de 36% de analfabetos, índice que também é constatável em relação aos lavradores do Alto-Minho que seguiram viagem para a ex-colónia portuguesa entre 1835 e 1860.

A emigração de galegos residentes no Minho e que foram para o Brasil parece evidenciar a reformulação de um projecto a que Portugal não respondeu completamente e que, por isso, obrigou à procura de novas áreas geográficas com mais fontes de riqueza, o que foi motivado pelas conjunturas económicas desfavoráveis sentidas em Portugal e na Galiza.

* * *

⁶⁹ Sobre a emigração em direcção à Galiza e deste espaço para outras áreas, remetemos para a obra coordenada por ROEL Eiras- *Aportaciones al estudio de la Emigracion Gallega, un enfoque comarcal*, dir. ROEL Eiras- Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992.

Averiguámos que os pequenos movimentos documentados, que seguiram rumo à Europa, surgem com perfis diferenciados pelo nível de instrução, com destaque para os homens de negócios, militares e estudantes que foram para França. Em direcção à Inglaterra partiram negociantes que não apresentam um índice de alfabetização tão expressivo como o dos colegas anteriores. Também os níveis etários são diferenciados pelos valores mínimos. Para França há os que foram com a idade de 12 anos, enquanto que para Inglaterra não encontramos jovens com menos de 18 anos. Se estes são os elementos mais destacados, o mesmo não é observável relativamente aos que saíram para Espanha, se considerarmos que são na sua maioria analfabetos e que a idade mínima dos mais jovens aponta para os 24 anos. Também deve ser sublinhada a presença dos que estiveram no Brasil e, depois do retorno, continuam em viagens de negócios em França.

Este conjunto de movimentações pela Europa não pode ser interpretado como a forma fácil de se ausentar, por outra via, para o Brasil, a partir da saída legalizada, por tratar-se, de uma forma generalizada, de indivíduos bem colocados sócio-profissionalmente.

Enquanto que o emigrante que embarcou para o Brasil surge enquadrado numa estratégia selectiva pelo perfil sócio-cultural e etário, constituindo fluxos rejuvenescidos até 1850 e na maioria alfabetizados, os que foram para a Europa com passaporte, ou formam um grupo mais idoso e analfabeto, ou constituem a elite onde opera a burguesia comercial.

* * *

São as localidades de onde partiram menos emigrantes para o Brasil que mais contribuem para a saída de mancebos em direcção a Espanha, como acontece relativamente a Meixedo, São Lourenço da Montaria, Lanheses e Vila Mou, terras com elevados números de ausências para Espanha e reduzido contributo para as terras de América do Sul⁷⁰. Também a freguesia de São Pedro de Arcos, como referimos, e Fontão, localidades do concelho de Ponte de Lima,

⁷⁰ Entre os que seguiram viagem para a ex-colónia portuguesa, no período que vai de 1835 a 1860, com passaporte emitido em Viana do Castelo, foi possível identificar os seguintes valores por área: Rio de Janeiro, 1842; Pará, 61; Baía, 63; Pernambuco, 41, Rio Grande do Sul, 31; Maranhão, 22, além de um total de 1202 sem local especificado e de um número mais reduzido espalhado por vários Estados do Brasil. Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes- *A Emigração do Alto-Minho, 1835-60: a miragem do Brasil, o.c.*, pp 228-236.

confirmam esta lógica, dando origem ao modelo de emigração temporária e de curta/média distância. A fuga de jovens, que viviam em terras que assistiram a poucas ausências transatlânticas, tem a realçar o facto de ocorrer entre grupos profissionais onde predominam os lavradores e os pedreiros. Do espaço concelhio de Caminha só partiram rapazes que trabalhavam na arte da pedra. Na freguesia de São Pedro de Arcos, o fenómeno adquiriu a mesma faceta sócio-profissional.

Por que se trata de ocorrências detectadas pelas autoridades recenseadoras, por isso de mancebos que se evadiram ao cumprimento do serviço militar e que o fizeram à margem da lei, sem passaporte, somos levados a formular outras questões: constituirão estes homens um grupo sócio-profissional que não tiveram a oportunidade de fazer a viagem para o Brasil, local de “miragem” dos estratos sócio-profissionais menos favorecidos? Podemos inferir que estamos perante uma emigração de perfil sócio-cultural e profissional diferente da que ocorreu na primeira metade do século XIX, quando comparada com a que seguiu viagem para terras da América? Representarão estes fluxos um modelo familiar que, para sobreviver, têm de evitar o penoso período do serviço militar e que, para tal fim, usam como estratégia a mobilidade para Espanha? Desconhecemos o nível da alfabetização, só sabemos que no momento de serem inspeccionados e sorteados não estavam presentes. Se tivessem capacidades financeiras teriam pago a substituição ou mesmo seguido viagem para o Brasil, por isso e perante o quadro profissional descrito não parece ousado concluir-se que representam os estratos mais desfavorecidos social, cultural e financeiramente, ocupando a base da pirâmide hierárquica.

Bibliografia citada

ALVES, Jorge Fernandes- *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, edição do autor, 1994.

ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, M. Fernanda; MONTEIRO, M. do Rosário- *Imigração Galega na Cidade do Porto*, in “Revista da Faculdade de Letras- História”, II série, vol. IX, Porto, 1992.

BAGANHA, Maria Ioanis B.- *A emigração portuguesa e as fontes de emigração*, in “Análise Social”, vol. XXVI, nº 112-113, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.

Uma imagem desfocada- a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração, in “Emigración Española y Portuguesa a America, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991.

BRETTELL, Caroline B.- *Homens que partem, mulheres que esperam, consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

CHARTIER, Roger- *As práticas da escrita*, in *História da Vida Privada- do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

A História Cultural, entre práticas e representações, Lisboa, Difel, 1988.

ESCOLANO, Agustin- (dir) *Ler y escribir en España, docientos años de alfabetización*, Fundacion German Sánchez Ruipérez, Madrid, 1992.

EVANGELISTA, João- *Um Século de População Portuguesa*, Lisboa, I.N.E., 1971.

FRAGO, Antonio Viñao- *Del Analfabetismo a la Alfabetización, Análisis de una mutación antropológica e Historiográfica*, in “Historia de la Educación”, nº 3, 1984.

Alfabetización, lectura y escritura en el Antiguo Régimen, in *Ler y escribir en España, docientos años de alfabetización*, Madrid, Fundacion German Sánchez Ruipérez, 1992.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de- *A emigração Portuguesa para o Brasil*, in “Páginas Avulsas”, Porto, Livraria Chardron, 1906.

GABRIEL, Narciso de- *Emigración y alfabetización en Galiza*, in “Historia de la Educación, Revista interuniversitaria”, nº 4, Enero/Diciembre, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 1985.

LEITE, J. Costa- *Emigração Portuguesa*, in “Análise Social”, vol. XXIII, nº 97, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.

LOPO, Domingo, L. González- *La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia*, in *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.

OLIVEIRA, António- *Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900*, in “I Conferencia Europea Migraciones Internas”, vol. II, Santiago de Compostela, C.I.D.H., 1993.

PEREIRA, Miriam Halpern- *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa, in “Análise Social”, vol. XXV, nº 108-109, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1900.

RODRIGUES, Henrique- *A emigração para o Brasil, contributo sócio-cultural e profissional do Alto-Minho*, Braga, Universidade Católica, 1993;

Índices de Alfabetização de Emigrantes saídos para o Brasil entre 1836-1860, separata de «Ler História», 27-28, Lisboa, Fim de Século, 1995, pp. 217-229.

RODRIGUES, Henrique Fernandes- *Reflexos das Conjunturas Políticas e Económicas na Emigração para o Brasil (uma análise aos passaportes emitidos em Viana entre 1835-60)*, Viana do Castelo, edição do autor, 1994.

Emigração galega para o Brasil através de Viana do Castelo (1838-60): análise à alfabetização e ao perfil sócio-profissional, in *Aportaciones al estudio de la Emigración Gallega, un enfoque comarcal*, dirigido por ROEL, Eiras-Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992;

Emigração, conjunturas políticas e económicas, in *Emigração e Imigração portuguesa no século XIX e XX*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993;

Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil,...separata de: *Expostos e ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, s.d, pp.106-126.

A Emigração clandestina de Portugueses para Espanha no século XIX (análise dos livros de recenseamento militar, 1855-65), separata de “I Conferencia Europea Migraciones Internas”, vol. II, Santiago de Compostela, C.I.D.H., 1993.

Emigração e dinâmicas Familiares- aspectos sócio-profissionais e indicadores de alfabetização, separata de *Historia de la Familia, Nuevas*

perspectivas sobre la Sociedad Europea, Murcia, Universidad de Murcia, 1997, vol. 1, pp-225-237.

A Emigração do Alto-Minho, 1835-60; a miragem do Brasil, dactilopolicopiado, Porto, Faculdade de Letras, 1991.

RODRÍGUEZ, Marie-Christine et BENNASSAR, B.- *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1595-1632)*, in "Caravelle, nº 31, Toulouse, 1978.

ROEL, A. Eiras y otros- *La Historia Social de Galiza en sus Fuentes de Protocolos*, Universidade de Santiago, Serviço de Publicaciones, 1981.

ROEL Eiras- (dir.) *Aportaciones al estudio de la Emigración Gallega, un enfoque comarcal*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992.

SERRÃO, Joel- *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982

SILVA, Francisco Ribeiro- *A Alfabetização no Antigo Regime, o caso do Porto e a sua Região (1580-1640)*, Dactilopolicopiado, Porto, Faculdade de Letras, 1985

O Barroco e a Escolarização: Taxas de Alfabetização no Porto nos Inícios do Século XVIII, in "I Congresso Internacional do Barroco", vol. II, Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, Porto, 1991.

História da alfabetização em Portugal, fontes, métodos e resultados, in *História da educação em Espanha e Portugal, investigações e actividades*, org., NÓVOA, António e BERRIO, J. Ruiz- s.l., Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Sociedad Española de Historia de la Educación, 1993.

TABOADA, José Antonio López- *Emigración Gallega a Portugal en la primera mitad del siglo XIX*, in "I Conferencia Europea Migraciones Internas", vol. II, Santiago de Compostela, C.I.D.H., 1993.

VÁRIOS: *Livre et Lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*, Colloque de la Casa de Velazquez, Paris, 1981.

VASCONCELOS, José Máximo de Castro Leite e- Lisboa, *Collecção oficial da legislação portuguesa, 1850-63*, Imprensa Nacional, 1864